

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA: UM MAPEAMENTO DE PERFIL

WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE: A PROFILE MAPPING

Costa, Jucélia Rodrigues da¹
Calixto, Flander de Almeida²

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica definida na primeira fase do projeto de Iniciação Científica, pesquisa-extensão intitulada "Perfil de mulheres vítimas de violência doméstica atendidas no CREAS de Ituiutaba-MG", financiado pela FAPEMIG. Nessa fase, analisou-se artigos selecionados e publicados entre 2016 e 2022, com foco em variáveis de perfil como escolaridade, idade, estado civil, tipo de violência, raça/cor, presença de filhos e relação vítima/agressor. O objetivo foi fornecer uma base comparativa com a pesquisa de campo do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), estabelecendo similaridades entre os dados. A violência doméstica, fenômeno global que atravessa a classe social, etnia e idade, é frequentemente cometida por autores próximos às vítimas, como parceiros e familiares. A identificação do perfil das mulheres afetadas é crucial para desenvolver políticas públicas e ações preventivas eficazes. O levantamento bibliográfico na escala nacional, apresentou grande similaridade com o perfil dos dados empíricos do CREAS.

Palavras-chaves: Ciclo da violência; gênero; intersecção.

ABSTRACT

This article presents a bibliographic review defined in the first phase of the Scientific Initiation project, extension research entitled "Profile of women victims of domestic violence treated at CREAS in Ituiutaba-MG", funded by FAPEMIG. In this phase, selected articles published between 2016 and 2022 were analyzed, focusing on profile variables such as education, age, marital status, type of violence, race/color, presence of children and victim/aggressor relationship. The objective was to provide a comparative basis with the field research of the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS), establishing similarities between the data. Domestic violence, a global phenomenon that cuts across social class, ethnicity and age, is often committed by perpetrators close to the victims, such as partners and family members. Identifying the profile of affected women is crucial to developing effective public policies and preventive actions. The bibliographic survey on a national scale showed great similarity with the profile of the empirical data from CREAS.

Keywords: Cycle of violence; gender; intersection.

¹ Bolsista de IC FAPEMIG da graduação de Serviço Social pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis Engenharia de Produção e Serviço Social (FACES) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); rjucelia44@gmail.com

² Professor do Curso de Serviço Social FACES-UFU; coordenador da pesquisa de IC- FAPEMIG "Perfil de mulheres vítimas de violência doméstica atendidas no CREAS de Ituiutaba-MG" flanderac@ufu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma revisão bibliográfica conduzida como primeira fase de investigação do projeto de extensão em interface à pesquisa intitulada “Perfil de mulheres vítimas de violência doméstica atendidas no CREAS de Ituiutaba-MG”. Proposta esta, que recebeu fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.

O projeto foi desenvolvido em três fases. A primeira, como mencionado, consistiu na revisão bibliográfica. Na segunda fase, foi realizada a pesquisa documental no CREAS de Ituiutaba-MG, com a análise de prontuários de atendimento a mulheres vítimas de violência. Os dados foram coletados com apoio técnico de uma profissional de estatística parceira do projeto e analisados em conjunto com a equipe da universidade. A terceira fase envolveu a socialização dos resultados com a comunidade local por meio da organização de um seminário municipal, que contou com a presença de representantes da imprensa, da rede socioassistencial e de autoridades locais.

Os resultados também foram apresentados em espaços acadêmicos e extensionistas, como o evento do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e o Seminário Internacional “Fazendo Gênero 13”, promovido pelo Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina. Como desdobramento das ações, foi elaborado e distribuído gratuitamente o *“Guia de Apoio à Mulher em Situação de Violência – Ituiutaba/MG”*, com tiragem superior a 20 mil exemplares. A cartilha apresenta, em linguagem acessível, informações sobre os direitos das mulheres, às políticas públicas existentes e os serviços disponíveis no município.

Em parceria com a prefeitura municipal, foi organizada a Audiência Pública “Enfrentamento da Violência Doméstica contra Mulheres: Direitos, Redes de Apoio e Ações de Prevenção no Município de Ituiutaba-MG”. Durante o evento, foi apresentado um panorama local da violência contra a mulher, seguido de debate público fundamentado em dados científicos e nas demandas da população. As sugestões da comunidade foram registradas em ata e encaminhadas ao poder público, com vistas à formulação de políticas públicas efetivas.

O projeto contou com ampla cobertura da imprensa local, incluindo reportagens na TV Integração e na TV Vitoriosa, contribuindo para a visibilidade das ações e para a mobilização da sociedade civil em torno do tema. A UFU teve papel fundamental no desenvolvimento do projeto, oferecendo infraestrutura física, tecnológica e de pessoal. Já o CREAS de Ituiutaba-MG foi essencial na disponibilização dos dados, permitindo traçar o perfil das vítimas e qualificar o atendimento prestado.

O levantamento bibliográfico realizado concentrou-se em artigos que exploraram o perfil de mulheres em situação de violência doméstica no período de 2016 a 2022. O objetivo da revisão bibliográfica foi apurar uma base comparativa para a pesquisa de campo realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município, visando estabelecer possíveis similaridades entre os dados secundários obtidos nos artigos e o perfil encontrado no CREAS, dados primários.

A identificação do perfil é uma parte do método para entender e lidar com determinações complexas como a violência doméstica. Segundo a Lei Maria da Penha entende-se por violência doméstica e familiar “[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial [...]” (Brasil, 2006). Conforme a presente lei, 11.340/2006, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

Para fins de análise de perfil, a pesquisa delimitou sete categorias: escolaridade, idade, estado civil, tipo de violência, raça/cor, filhos e relação vítima/agressor. Essas variáveis poderão favorecer o desenvolvimento de indicadores, objetivos e ações interdisciplinares para enfrentar a realidade desafiadora frente à violência doméstica. Razão pela qual essa temática foi escolhida como foco da proposta de extensão e pesquisa.

As características das vítimas, podem ser aliadas para direcionar planos de ação e políticas específicas que priorizem as problemáticas relativas à violência contra a mulher, no sentido de desenvolver ações preventivas e melhorar as políticas públicas existentes (Souza e Farias, 2022, p. 226).

A violência atinge mulheres nas mais variadas classes sociais, e assim, identifica uma das expressões da questão social, portanto alvo das mobilizações sociais na luta pela garantia de direitos para segmentos sociais marginalizados. Para o serviço social está incluída nas pautas do Projeto Ético Político da categoria, bem como nas bandeiras de luta das assistentes sociais brasileiras.

2 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO REFLEXO DAS DESIGUALDADES ESTRUTURAIS PRESENTE NO COTIDIANO

O fenômeno da violência alcança mulheres em todo o mundo, independentemente de sua posição na sociedade, situação socioeconómica na divisão social do trabalho, grau educacional, estado civil, idade, etnia, dentre outros. O crescimento da violência traz consequências, pois viola os direitos básicos como à vida, à saúde e à integridade física, reflexo da grande desigualdade de gênero e sério problema social, de direitos humanos e de saúde pública (Cintra, 2018).

Essa realidade, se manifesta claramente no cotidiano das mulheres, em que interações diárias refletem as estruturas de poder e as desigualdades sociais existentes na sociedade, que influenciam de forma direta e indiretamente comportamentos e dinâmicas entre os indivíduos. Segundo Heller (1972, p. 18 e 20) “a vida cotidiana é a vida do indivíduo”, e este “nasce já inserido em sua cotidianidade”, a qual nela vai amadurecendo e internalizando às práticas e rotinas diárias das pessoas, marcadas por hierarquias sociais, econômicas e culturais já estabelecidas, que moldam a vida em sociedade.

Dessa maneira, o cotidiano é o espaço em que se desenvolvem as relações sociais, nas quais as desigualdades e injustiças podem se reproduzir, se tornando

naturais ou invisíveis. Portanto, o cotidiano, é ao mesmo tempo reflexo e meio de reprodução das estruturas sociais — entre elas, o patriarcado, que sustenta e perpetua a violência de gênero como uma ferramenta de controle e dominação. E, em larga medida, o racismo, que às vezes, fica nas entrelinhas da crônica do cotidiano mas está escancarado nas entrelinhas sociohistóricas da realidade.

Nesse contexto, a leitura crítica de Helelith Saffioti é crucial. Saffioti (2004) discute a violência de gênero associada ao poder patriarcal à estrutura econômica capitalista, denunciando que a opressão das mulheres é funcional a esse sistema. Segundo a autora, a violência contra a mulher não pode ser compreendida apenas como uma questão individual ou familiar, mas deve ser analisada como uma expressão das relações sociais historicamente construídas sob a lógica do patriarcado articulado ao capitalismo. E ainda, conforme pudemos constatar empiricamente, o racismo que corre oprimindo em paralelo na sociedade brasileira.

Para Saffioti (2004), a violência é uma das estratégias utilizadas para manter o controle masculino sobre os corpos e as decisões das mulheres, garantindo a reprodução de papéis tradicionais que favorecem a dominação masculina. Tal dominação se estende para além da esfera privada, manifestando-se também publicamente. Ela também destaca a naturalização da violência contra mulher, decorrente de uma cultura que responsabiliza as vítimas e normaliza a agressão como parte da vida íntima, dificultando o enfrentamento e a denúncia.

Além disso, Saffioti (2004) destaca que a violência não atinge todas as mulheres da mesma maneira. Ela evidencia que mulheres negras, pobres e periféricas estão sujeitas a uma combinação de discriminações de gênero, classe e raça, sendo, portanto, mais vulneráveis à violência e ao abandono institucional. A autora reforça que a violência doméstica, nesses casos, está associada à precarização da vida, à exclusão social e à ausência de políticas públicas eficazes, o que contribui para a permanência das mulheres em situações de risco.

Assim, quando associamos o cotidiano à questão da violência doméstica, fica evidente que as desigualdades sociais desempenham um papel central na perpetuação dessa expressão da questão social. A violência doméstica é uma das manifestações mais brutais dessas desigualdades, especialmente no que se refere ao gênero, pois este também é atravessado por questões raciais e de classes, visto que o tratamento desigual e injusto é maior entre as mulheres não brancas e mais vulneráveis socialmente, embora também sejam presentes nas classes sociais médias e dominantes. As situações de subalternidade de boa parte dessas mulheres são reforçadas por dependência econômica, limitações educacionais e falta de acesso à informação, o que cria um

ambiente propício para a manutenção do ciclo de violência.

Segundo o Instituto Maria da Penha (2024), este ciclo se divide em três fases distintas: na primeira fase, caracterizada pelo aumento da tensão, ocorrem momentos de raiva, insultos e ameaças, configurando a violência psicológica. Na segunda fase, o agressor perde o controle e explode em violência física. Por fim, a terceira fase é conhecida como a “lua de mel”, onde o agressor busca o perdão da vítima e promete mudanças em seu comportamento (Guia [...], 2024). Assim, o espaço doméstico, que deveria ser sinônimo de segurança, torna-se para muitas mulheres um local de opressão e medo.

Portanto, compreender a violência doméstica como um reflexo das desigualdades estruturais presentes no cotidiano é reconhecer que se trata de uma questão profundamente complexa e política, que exige mais do que o atendimento pontual das vítimas, é essencial respostas intersetoriais, integradas e um projeto político de transformação social, com políticas públicas que rompam com a lógica da desigualdade de gênero, raça e classe. Além disso, é necessário romper com a lógica que individualiza o problema e avançar para uma leitura crítica e coletiva, como propõe Saffioti, onde a violência é tratada como produto de um sistema que precisa ser transformado.

A violência doméstica não é apenas um ato isolado de agressão; ela se manifesta como uma expressão das tensões cotidianas e das desigualdades estruturais que organizam a vida social. O cotidiano, é o espaço de reprodução dessas dinâmicas, território em que a violência se consolida especialmente entre as mulheres mais “vulneráveis”.

3 METODOLOGIA

No presente trabalho refere-se a fase metodológica do levantamento bibliográfico tomando como base artigos disponíveis na Internet em bases de dados. Para Gil, (2006, p. 45) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigado a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplo do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Partindo do ponto de que há entre a abordagem qualitativa e quantitativa, uma relação de complementaridade e articulação (Martinelli, 1999), ambas conformam o referencial metodológico da pesquisa. A “abordagem quantitativa, quando não

exclusiva, serve de fundamento ao conhecimento produzido pela qualitativa" (Baptista, 1999, p. 35). Esta por sua vez, enriquece e complementa a abordagem quantitativa, dando-lhe significados e interpretações além de dados ou índices.

Para os levantamentos da pesquisa foram consultadas as seguintes bases de dados: *Sophia Sapere* e *EDS* - bases da Universidade Federal de Uberlândia, Google acadêmico, *Scielo* e o Portal Capes.

O recorte temporal estudado abrangeu o período de 2016 a 2022. Enquanto o recorte geográfico compreende os estados do Ceará, Sergipe, Santa Catarina, São Paulo, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Paraíba, ou seja, recuperou-se dados de seis estados do Nordeste do país e três do Sul. O recorte geográfico corresponde a publicações de 17 artigos³ que abordam as variáveis de perfil sobre mulheres em situação de violência doméstica no período de recorte 2016 a 2022 conforme descrição a seguir:

Tabela 1 – Artigos selecionados dos estudos sobre perfil de vítimas de violência doméstica 2016 - 2022

| Identificador (artigos) | Autores |
|-------------------------|--|
| X1 | Santana et al. (2016). |
| X2 | Sampaio et al. (2020). |
| X3 | Tarnoski Filho et al. (2021). |
| X4 | Fortaleza (2018). |
| X5 | Felix et al. (2021). |
| X6 | Silva (2021). |
| X7 | Gründler (2019) |
| X8 | Linhares (2019) |
| X9 | França Júnior, Santos e Ferreira (2022). |
| X10 | Pestana et al. (2021). |

³ Cada artigo será identificado pela letra x seguido de um número de sequência

| | |
|-----|---|
| X11 | Lemos e Cavalcante (2021). |
| X12 | Barcelos (2021). |
| X13 | Cruz, Oliveira M. Filho, dos Santos F.M (2021). |
| X14 | Coelho et al. (2022). |
| X15 | Evangelista et al. (2022). |
| X16 | Santos (2021). |
| X17 | Claudino (2022). |

Fonte: A autora.

Os artigos descritos na tabela 1, trazem pesquisas que revelam dados das características sociodemográficas das mulheres que sofreram violência doméstica. Veremos na tabela 2, as variáveis encontradas em cada artigo.

Tabela 2 – Variáveis das características sociodemográfica

| Variáveis | Artigos | Considerações analíticas |
|--|---|--|
| Faixa etária (15-30; 31-40; 41--50; 51-60;>60 anos) | X1 - X2 - X3 - X4 - X5 - X6 - X7 - X9 - X10 - X11 - X12 - X13 X14 - X16 - X17 | Em relação a variável de faixa-etária, o critério de intervalo não seguiu o padrão do IBGE, porém foi considerado pela pesquisadora os dados que estavam registrados nas pesquisas conforme cada autor. |
| Raça-cor (Preta, Branca, Parda, Negra, Amarela e Indígena); | X1 - X2 - X3 - X4 - X6 - X10 - X11 - X13- X14 - X15 - X16 - X17 | As características da cor foram mantidas conforme encontradas nos artigos do recorte analisados. |
| Escolaridade (não estudou, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior incompleto, ensino superior completo) | X1 - X2 - X3 - X5 - X9 - X11 - X13 - X14 - X15 - X16 - X17 | Para a identificação quanto à escolaridade, considerou-se as expressões “não estudou” e “analfabeto” por fidelidade aos dados encontrados nos artigos analisados; na compreensão da autora o adequado seria escolarizado ou sem escolarização. |
| Tipo de violência (física, psicológica, sexual, moral, patrimonial) | X2 - X3 - X6 - X9 - X10 - X12 - X16 | A taxonomia utilizada segue o que está definido na Lei Maria da Penha 11.340/2006 |
| Estado Civil (casada/companheira; divorciada/separada; solteira, viúva) | X4 - X5 - X7 - X11 - X12 - X15 - X16 | A expressão “Casada” refere-se a qualquer forma de casamento seja: religioso, civil ou por união estável |
| Agressor (cônjuge/companheiro, ex-cônjuge/ex-companheiro, namorado(a), ex- | X5 - X9 - X10 - X11 - X17 | Natureza de envolvimento do agressor |

namorado(a), pai, irmão(a), filho(a), outros familiares.)

Filhos X4 - X7 - X12 - X16 Presença de filhos na relação
(Se tem filhos ou não)

Fonte: A autora.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando identificar o perfil demográfico, procurou-se conhecer a faixa etária das mulheres que sofreram violência doméstica. Entre os 17 artigos pesquisados, a variável faixa etária está presente em 15 dos artigos analisados (X1 - X2 - X3 - X4 - X5 - X6 - X7 - X9 - X10 - X11 - X12 - X13 - X14 - X16 - X17), os quais englobam uma amostra de 92.490 mulheres, sendo 62% delas na faixa etária de 21 a 40 anos (Tabela 3; Figura 1). Evidenciou-se uma maior prevalência de violência doméstica entre mulheres jovens na idade adulta, em seu período biologicamente reprodutivo, com uma vida econômica e sexual ativa (Santana *et al.* 2021, p. 37; Sampaio *et al.* 2020; Cruz *et al.* 2021); e com maior propensão a se envolver em relacionamentos afetivos (Martins, 2017). Além disso, essa faixa etária também é propensa a separações/divórcios, podendo contribuir para explicar a incidência da violência afirmam Santana *et al.*, (2021, p. 37) e Cruz *et al.* (2021).

Tabela 3 – Faixa etária

| faixa etária | nº | % |
|--------------|-------|------|
| 15 - 20 | 9362 | 10,1 |
| 21 - 30 | 27253 | 29,5 |
| 31 - 40 | 30083 | 32,5 |
| 41 - 50 | 16940 | 18,3 |
| 51 - 60 | 6663 | 7,2 |
| 60 < | 2189 | 2,4 |
| Total | 92490 | |

Fonte: A autora.

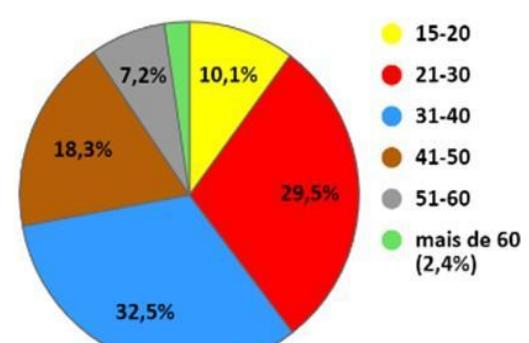


Figura 1

Tabela 4 – Estado civil

| Estado civil | nº | % |
|---------------------|------|------|
| Casada/convivente | 1453 | 50,4 |
| Divorciada/separada | 842 | 29,2 |
| Solteira | 559 | 19,4 |
| Viúva | 29 | 1,0 |
| Total | 2883 | |

Fonte: A autora.

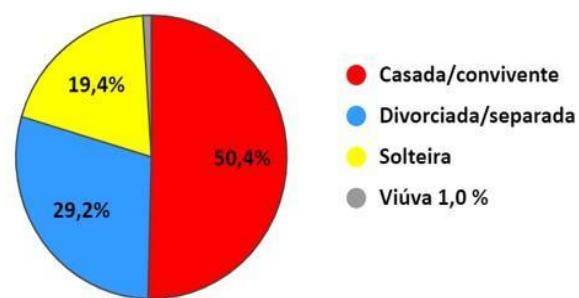


Figura 2

A variável “estado civil” dos 17 artigos pesquisados, esteve presente em 7 artigos (X4 - X5 - X7 - X11 - X12 - X15 - X16), totalizando 2.883 mulheres, das quais 50%¹ são casadas ou conviventes e 30% divorciadas ou separadas. As demais mulheres 19% são solteiras e 1% viúvas (Tabela 4; Figura 2).

Paralelamente ao estado civil, tem-se a variável “agressor”, identificada em 5 artigos (X5 - X9 - X10 - X11 - X17), correspondendo a 47.315 casos de mulheres em situação de violência. Destes, 56% correspondem a cônjuge/companheiros como autores da violência, e 19% o ex-cônjuge/ex- companheiro. Ambos somaram a maior parte da amostra, 75%. Os demais agressores (namorado 4%; ex-namorado 12%; filho 6%; irmão 2%; pai 2%) somaram 25% (Tabela 5; Figura 3).

Percebe-se nesses dados, que a maioria das mulheres em situação de violência são casadas, sendo os cônjuges/companheiros e “ex” os principais autores da violência, confirmando assim, que a violência doméstica, se manifesta silenciosamente no interior do domicílio, um espaço que deveria ser sinônimo de “aconchego e refúgio”, conforme as ideologias irracionais, tão enfatizadas nos movimentos da ultradireita contemporânea defende. No entanto, se torna um ambiente de dor e angústia. Nessa mesma perspectiva, também seguem os agressores, sendo aqueles que deveriam traçar uma vida com convivência digna com aquelas com as quais constituíram família; porém, agem, de forma violenta, deixando traumas não apenas físicos, mas psicológicos perenes (Pestana *et al.*, 2021). E não apenas traumas na mulher, mas também nos filhos que presenciam a violência.

Cônjuges/companheiros seguido de ex-cônjuges/ex-companheiros são os principais agressores e reforçam o machismo e o patriarcado que repercutem na sociedade, tornando as relações dos casais pautadas em um ciclo quase ininterrupto de violência afirma Dias (2023).

¹ As porcentagens descritas no corpo do artigo sofreram arredondamento, seguindo as regras de arredondamento padrão (técnica matemática).

Tabela 5 – Agressores

| Agressores | nº | % |
|---------------------------|-------|------|
| Cônjuge/Companheiro | 26650 | 56,3 |
| Ex-cônjuge/ex-companheiro | 9129 | 19,3 |
| Namorado | 1762 | 3,7 |
| Ex-namorado | 5786 | 12,2 |
| Pai | 742 | 1,6 |
| Filho | 2383 | 5,0 |
| Irmão | 832 | 1,8 |
| Outros familiares | 31 | 0,1 |
| Total | 47315 | |

Fonte: A autora.

Figura 3

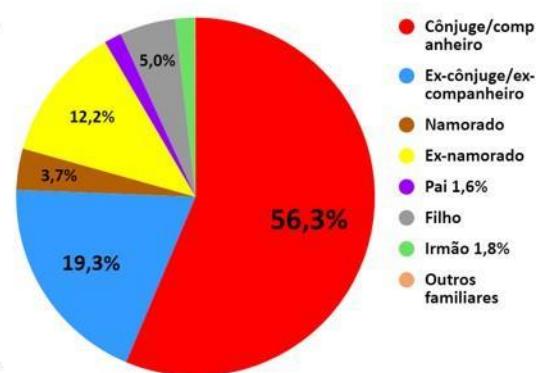


Tabela 6 – Filhos

| Filhos | nº | % |
|--------|------|------|
| Sim | 1126 | 73,2 |
| Não | 413 | 26,8 |
| Total | 1539 | |

Fonte: A autora.



Figura 4

A variável “filhos” esteve presente em 4 artigos (X4 - X7 - X12 - X16) com uma amostra de 1.539 mulheres, destas 73% tinham filhos, apenas 27% não eram mães (Tabela 6; Figura 4). Isto é, comprehende-se com base nesse dado, que mulheres mães estão mais propensas a sofrerem violência doméstica do que aquelas que não são.

A elevada magnitude entre a presença de filhos e a violência pode ser atribuída ao fato de que o agressor é doméstico e geralmente o pai dos seus filhos. Assim, a presença de filhos gera maiores custos para que a mulher faça a denúncia da agressão ou que deixe o lar violento (Martins, 2017, p. 36).

Os filhos se tornam, muitas das vezes, um dos motivos que fazem as mulheres agredidas permanecerem na relação e suportarem por maior tempo a violência, devido se sentirem inseguras quanto o cuidar e educar seus filhos sozinhas. O medo de não conseguir sustentar e dar o melhor para os filhos as deixam inseguras acerca do futuro, impossibilitando-as de denunciar o agressor e romper a relação violenta (Pereira; Oliveira; Ferraz *et al.*, 2015).

Tabela 7 – Escolaridade

| Escolaridade | nº | % |
|------------------------|-------|------|
| Não escolarizada | 621 | 2,1 |
| Fundamental incompleto | 9706 | 32,4 |
| Fundamental completo | 2479 | 8,3 |
| Médio incompleto | 4099 | 13,7 |
| Médio completo | 8882 | 29,7 |
| Superior incompleto | 1881 | 6,3 |
| Superior completo | 2241 | 7,5 |
| Total | 29909 | |

Fonte: A autora.

- Não escolarizada 2,1%
- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Médio incompleto
- Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo

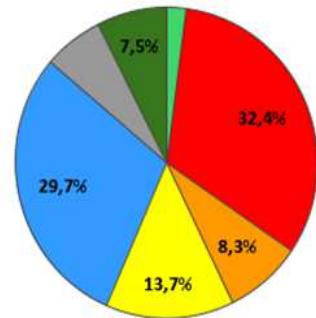


Figura 5

A variável escolaridade esteve presente em 11 artigos (X1, X2, X3, X5, X9, X11, X13, X14, X15, X16 e X17), abrangendo um total de 29.909 mulheres. Dentre os níveis de escolaridade oferecidos, o ensino fundamental incompleto foi o mais prevalente, representando 32% da amostra. Além disso, 29% possuíam ensino médio completo, 14% ensino médio incompleto, 8% ensino fundamental completo, 8% ensino superior completo, 6% ensino superior incompleto e 1% das mulheres não havia frequentado a escola (Tabela 7; Figura 5).

Verifica-se que o grau de instrução de mulheres que sofreram violência doméstica é relativamente baixo, se comparado às possibilidades de desenvolvimento social no acesso à educação, que vem crescendo desde a Constituição de 1988. A educação, muitas vezes, fica em segundo plano devido às necessidades de reprodução social das famílias e a mulher é mais sacrificada. É possível pontuar que a falta de uma educação de qualidade é um dos fatores que influenciam a incidência da violência. É evidente que a violência doméstica se manifesta em todas as camadas sociais, independente se a mulher possui baixa ou alta escolaridade. Entretanto, mulheres com maior grau de educação e com mais poder aquisitivo podem ter mais acesso a informações para romper o ciclo e ainda, apresentarem menos dificuldades para fazer a denúncia, visto que não dependem financeiramente do agressor (Martins, 2017; Pestana, 2021).

Tabela 8 – Raça/cor

| Raça/cor | nº | % |
|----------|-------|------|
| Branca | 12740 | 27,9 |
| Preta | 4753 | 10,4 |
| Parda | 27342 | 59,8 |
| Negra | 45 | 0,1 |
| Amarela | 559 | 1,2 |
| Indígena | 282 | 0,6 |
| Total | 45721 | |

Fonte: A autora.

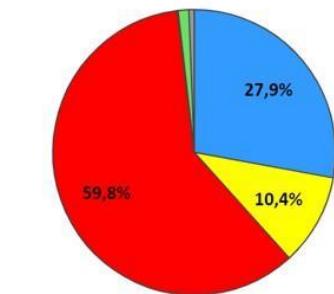


Figura 6

A variável raça/cor foi identificada em 12 artigos (X1 - X2 - X3 - X4 - X6 - X10 - X11 - X13- X14 - X15 - X16 - X17) que totalizou uma amostra de 45.721 mulheres que sofreram violência doméstica, destas 59,8% eram pardas e 27,9% brancas (Tabela 8; Figura 6). Este resultado demonstra que as mulheres que se declaram pardas são as mais acometidas por tal violência se comparadas com as que se declaram brancas. Sobre esse dado, Santana et.al (2016) afirma que “a maior prevalência da violência sofrida por mulheres pardas e negras remonta a um passado colonial, no qual era instituído o poder na sociedade por meio da ideia de raça”. Segundo Dias (2023) a vida social das mulheres negras imersas no racismo e a experiência com a escravidão fez a separação das vivências com as mulheres brancas a qual supõe a posição desprivilegiada das mulheres pardas e negras na sociedade, uma vez que o racismo estrutural as empurrou para marginalização, subalternização e discriminação. Ou seja, trouxe estigmas e estereótipos sobre as mulheres não brancas, denotando lugares em que devem ocupar, isto é, favelas, trabalho doméstico ou qualquer posição precária, resultando na sua permanência nas classes mais baixas e subalternas, ao precário ou não acesso à educação de qualidade, e a falta de oportunidade a uma melhor posição no mercado de trabalho.

No entanto, essa discussão numa perspectiva de totalidade nos remete a identificar esta fração de segmento social inserida nas classes sociais subalternas e a posição que o capitalismo monopolista das classes dominantes reservou às mulheres negras e pardas. Carolina Maria de Jesus refletiu sobre essa realidade na sua vivência de expropriação humana em *Quarto de Despejo* (2007, p.117), “eu fico horrorizada vendo a paciência da mulher pobre que contenta com qualquer coisa”. O processo de mobilidade social se torna difícil e complexo para mulheres não brancas tanto pela raça quanto pelo gênero visto que as oportunidades podem ser negadas em razão da cor e a possibilidade de crescer profissionalmente pode ser impedida pelo sexismo, afirma Dias (2023).

O racismo entre as características deletérias da sociedade conservadora brasileira é um fenômeno ideológico, político e contraditório inserido nas lutas das classes sociais subalternas intensificado pelas classes dominantes e se expressa de diversas formas e impõe uma hierarquia entre os extratos, transferindo a alguns deles conceitos e representações sociais preconceituosas, como forma de justificar um tratamento desigual. Com base nesse fenômeno, os lugares sociais para a população negra passam longe dos espaços de poder e cidadania plena, o que aumenta nesta população o risco de serem vítimas de violência (Araújo *et. al.* 2018). Embora que caiba crítica ao conceito de cidadania, oriundo das divagações multiculturais dos devaneios pós-modernos, dado que o tal “cidadão” é em essência do mimetismo burguês de outro conceito questionável – a sociedade civil.

Este passado histórico estruturado pelo racismo reflete até hoje na vida da população negra, pois observa-se ainda que mulheres pretas e pardas são as que apresentam maiores dificuldades para romper com a situação de violência sofrida porque são visualizadas não só sob a ótica do gênero e classe, mas também sob viés da raça conformando assim uma relação de desigualdade em comparação a homens e mulheres brancas, revelando um lugar de permissividade da violência (Dias, 2023). Pois segundo Santana *et.al* (2016) as mulheres pretas encontram-se mais vinculadas financeiramente ao agressor, com menor acesso educacional para adentrar no mercado de trabalho e ocuparem os melhores postos, em contrapartida as mulheres brancas que usufruem de melhores condições econômicas. “Pelo motivo das mulheres pretas e pardas ocuparem as camadas sociais mais pobres, acabam ficando mais expostas ao risco de violência e apresentam limitações para enfrentamento da situação” (Silva; Duarte; Vieira, 2020 apud Santana *et al.* 2016, p. 38).

Tabela 9 – Tipos de violência

| Tipos de violência | nº | % |
|--------------------|--------|------|
| Física | 38567 | 37,7 |
| Psicológica | 41640 | 40,7 |
| Sexual | 780 | 0,8 |
| Moral | 21124 | 20,7 |
| Patrimonial | 120 | 0,1 |
| Total | 102231 | |

Fonte: A autora.

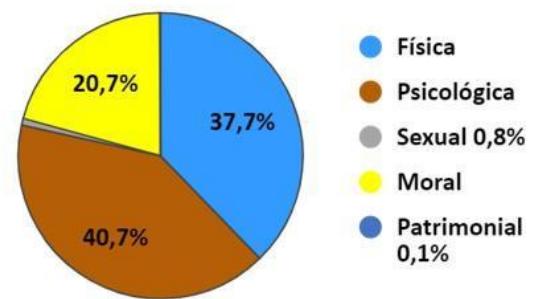


Figura 7

A variável tipo de violência esteve presente em 7 artigos (X2 - X3 - X6 - X9 - X10 - X12 - X16), que totalizaram 102.231 mulheres, destas 40% (41.640) sofreram violência psicológica e 38% violência física, ou seja, 78% das mulheres analisadas sofreram violência psicológica e física. Também é registrado a violência moral com 21% dos casos; violência sexual e patrimonial configurando 1% da amostra (Tabela 9; Figura 7). Vê-se que as violências psicológica e física andam lado a lado pois o agressor, antes de “poder ferir fisicamente sua companheira, precisa rebaixar a autoestima de tal forma que ela tolere as agressões” (Miller, 2002, p. 16 apud Silva et al 2007, p. 99).

Entre os dados pesquisados houve menor registro de violência patrimonial, contudo não significa que seja menos recorrente, e sim porque esta, é pouco compreendida como forma de violência, às vezes é relativizada ou mesmo a mulher não consegue identificá-la e reconhecê-la como motivo tanto para denunciar quanto para sair da relação (Tarnowsky Filho et al., 2021; Dias, 2023).

Ademais o pouco registros para a violência sexual não significa afirmar que não esteja acontecendo, mas que há, segundo Dias (2023) “uma cultura na sociedade da objetificação e controle dos corpos femininos, e comumente nas relações afetivas é associado que a mulher deve sexo ao seu companheiro, ou mesmo que seu corpo passa a pertencê-lo”. Em virtude disso, a violência sexual pode ser romantizada e normalizada, o que implica no não reconhecimento da violência, ocasionando a não denúncia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica realizada no âmbito do projeto de extensão “Perfil de mulheres vítimas de violência doméstica atendidas no CREAS de Ituiutaba-MG” revela a complexidade do fenômeno da violência doméstica, um complexo que afeta mulheres de diversas idades, etnias, estados civis e graus de escolaridade. Os dados coletados entre 2016 e 2022 demonstraram que a violência doméstica é uma expressão brutal das desigualdades sociais, especialmente de gênero, raça e classe, refletindo as estruturas de poder que permeiam a sociedade.

A análise das variáveis como faixa etária, estado civil, escolaridade e a relação vítima/agressor evidenciou que a maioria das vítimas são mulheres jovens, casadas ou em união estável, cujos agressores são, em sua maioria, cônjuges ou ex-cônjuges. Isso reforça a ideia de que a violência doméstica se manifesta em um espaço que deveria ser seguro, mas que, na realidade, se torna um local de opressão e medo.

Somado ao quadro de desigualdades sociais, inclui-se a baixa escolaridade e a dependência socioeconômica das mulheres que contribuem para a perpetuação do ciclo de violência, dificultando a busca por ajuda e a ruptura com a relação abusiva. A intersecção entre raça e gênero também é um aspecto crucial, pois as mulheres pardas e negras são desproporcionalmente afetadas pela violência, refletindo um legado histórico de racismo e desigualdade que ainda persiste. Essa realidade é agravada pela falta de acesso a recursos e oportunidades, que limita a capacidade dessas mulheres de se libertarem de situações de violência.

Os tipos de violência “clássicas”, como a psicológica e a física, revelam a necessidade de uma abordagem mais abrangente e sensível às especificidades das vítimas, bem como a estruturação de políticas públicas voltadas para os aspectos subjetivos que a temática exige. A normalização da violência sexual e patrimonial, muitas vezes invisibilizadas, destaca a urgência de uma educação e conscientização que politisem as mulheres a reconhecer e denunciar essas formas de abuso.

Nesse contexto, o objetivo central da pesquisa central – estabelecer as similaridades entre os dados do CREAS e os dados obtidos na fase bibliográfica, em relação ao perfil – foi plenamente alcançado. A análise comparativa permitiu identificar importantes convergências entre os dois estudos. A faixa etária de maior incidência nos dois levantamentos situa-se entre 21 e 40 anos, representando 73,7% no estudo local e 62% na pesquisa bibliográfica, revelando a vulnerabilidade da mulher adulta jovem. Em ambos os estudos, a maioria das vítimas mantinha vínculos conjugais – 73,7% no CREAS e 50,4% na pesquisa nacional – apontando o lar e os relacionamentos afetivos como principais contextos da violência.

Quanto a relação vítima/agressor, a semelhança também é evidente: a maioria das agressões foram cometidas por cônjuges ou companheiros atuais (67,5% no CREAS e 56,3% na bibliografia), caracterizando a violência íntima como predominante. A presença de filhos foi recorrente entre as vítimas (75,6% no CREAS e 73,2% nos artigos analisados), evidenciando o impacto da violência nos núcleos familiares.

A baixa escolarização também se destacou nos dois contextos, com cerca de um terço das mulheres sem completar o ensino fundamental (33,4% no CREAS e 32,5% na bibliografia), além de um percentual reduzido com acesso ao ensino superior. Em relação à raça/cor, a maioria das vítimas era composta por mulheres não brancas – 57,1% no CREAS e 72,1% na pesquisa bibliográfica –, com ênfase para mulheres pardas. Por fim, os tipos de violência mais frequentes foram a física e a psicológica, isoladas ou combinadas, destacando-se como as formas de agressão mais relatadas em ambos os estudos.

Dessa forma, as evidências encontradas – oriundas tanto de um recorte local quanto de uma perspectiva nacional – apontam para um padrão comum no perfil das mulheres vítimas de violência doméstica. Isso confirma que as características mais frequentes não se restringem a uma realidade pontual, mas refletem uma problemática estrutural e persistente, que atravessa diferentes contextos sociais e territoriais no Brasil. A identificação desse perfil é fundamental para subsidiar políticas públicas e estratégias de enfrentamento mais eficazes, voltadas à promoção da equidade de gênero e à proteção dos direitos das mulheres. A luta contra a violência doméstica, portanto, deve ser permanente e coletiva, exigindo o envolvimento de diversos setores da sociedade para a transformação das estruturas que sustentam e perpetuam essa realidade.

BARCELOS, Kéli Cristini Gomes. **Violência doméstica contra mulher e a pandemia: análise de boletins de ocorrência na delegacia especializada de proteção à mulher no município de Tubarão/SC.** 2021. 63 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/d41e9273-26a9-43a4-b97abe6ba37c8bef/full>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. **O debate sobre uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa.** In: MARTINELLI, Maria Lúcia. Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999. p. 27. Disponível em: <https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v11n19a03.pdf>. Acesso em 18 set. 2023.

BRASIL. Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...].** Brasília, DF: Presidência de República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso: 20 fev. 2025.

CINTRA, Soraia Veloso. **Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: enfrentando a violência doméstica por meio dos projetos de extensão universitária.** In: SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. Violência contra mulheres: direitos e políticas públicas em perspectivas multidisciplinares. Goiânia: Editora UFG, 2018. cap. 2, p. 244. Disponível em: <https://loja.editora.ufg.br/sociologia/violencia-contra-mulheres-direitos-e-politicas-publicas-em-perspectivas-multidisciplinares-73/p>. Acesso em: 23 out. 2023.

CRUZ, Oliveira M.; FILHO, dos Santos F.M (2021). **As faces das marias:** perfil das mulheres vítimas de violência doméstica, na cidade de Itabaiana/SE. Caderno De Graduação - Ciências Humanas E Sociais, Aracaju, v. 7, n. 1, p. 160–172. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/10290>. Acesso em: 14 fev. 2025. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/10290>. Acesso em 26 out. 2023.

COELHO, Ananda Caroline Vasques Dantas; ARAUJO, Gustavo Baroni; SILVA, João Felipe Tinto; MARTINS, Victória Maria Pontes; OLIVEIRA, Ana Emilia Araújo de; SILVA, Julio Cesar Pereira da; BARBOSA, Milton Jorge Lobo; MELLO, Emmanuella Costa de Azevedo; SOUSA, João Bosco Martins de; DIAZ, Yasmim Victória Loureiro Alvares de Oliveira Sousa. **Perfil sociodemográfico de registro de mulheres vítimas de violência física no Ceará durante a covid-19, 2019-2021.** Saúde Coletiva, Barueri, v. 12, n. 74, p. 9961-9968, DOI:<http://dx.doi.org/10.36489/saudecoletiva.2022v12i74p9961-9968>. Disponível em: <https://revistasaudcoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/2354>. Acesso em: 28 out. 2023.

CLAUDINO, Amanda. **Análise sociodemográfica das vítimas de violência física no âmbito doméstico no município de tubarão – Santa Catarina.** 2022. 91 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/431b5186-bd8f-429d-b3c4-0b60e40ca405>. Acesso em: 29 out. 2023.

DIAS, Vanessa Pereira. **Os entrelaços de gênero e raça:** mulheres, negras e a resistência. 2022. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2023. Disponível:

https://repositorio.uff.edu.br/handle/11612/5614?locale=pt_BR. Acesso em: 03 nov, 2023.

DE JESUS, Carolina M. **Quarto de Despejo**, São Paulo. Ática, 2007.

EVANGELISTA, Danilo Nogueira; MAZZU-NASCIMENTO, Thiago; RODRÍGUEZ-MARTÍN, Dolors; NEGRI, Mariana; LISBOA, Uliana Pereira da Silva; SOUSA, Amanda Soares; ABUBAKAR, Obeedu; ACIOLE, Giovanni Gurgel. **Violência contra a mulher no estado de São Paulo**: o perfil das vítimas durante a pandemia da covid-19. *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, [S.I.], v. 18, p. 216-232, 3 out. 2022. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia.

DOI:<http://dx.doi.org/10.14393/hygeia1861652>. Disponível:

<https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/61652>. acesso em: 06 nov. 2023.

FELIX, Rennan Silva., FIGUEIRÉDO., Danillo Urquiza de., URQUIZA, Suellen Peixoto de Medeiros, CAVALCANTE, Gigliana Maria Sobral. SOUZA, Angélica Felix de. **Perfil das lesões maxilofaciais em mulheres vítimas de violência periciadas em uma cidade do estado da Paraíba (Brasil)**. *Rev Bras Odontol Leg RBOL*, [S.I.], v. 7, n. 3, p. 12-21, 2020. Disponível em:

<https://portalabol.com.br/rbol/index.php/RBOL/article/view/308>. Acesso em: 09 nov. 2023.

FRANÇA JÚNIOR, Francisco de Assis de; SANTOS, Bruno Cavalcante Leitão; FERREIRA, Jardel Ribeiro. **O perfil da violência doméstica no município de São José da Tapera/AL**: um estudo descritivo e propositivo para as suas diferentes formas de manifestação. *Revista Thesis Juris*, [S. I.], v. 11, n. 1, p. 23–50, 2022. DOI: 10.5585/rtj.v11i1.17627. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/thesisjuris/article/view/17627>. Acesso em: 12 nov. 2023.

FORTALEZA. Perfil da violência e monitoramento da violência contra a mulher na região do Cariri em 2017, realizado pelo observatório da violência e dos direitos humanos da região do Cariri, Universidade Regional do Cariri (URCA)./ Maria de Lourdes Góes Araújo, Grayce Alencar Albuquerque, Lígia Lucena Gonçalves Medina - organizadoras – Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRÜNDLER, Natália Martinello. **O perfil da vítima de violência doméstica e os índices de retratação criminal nas audiências preliminares do artigo 16 da lei no 11.340/06 na comarca de Araranguá/SC no período compreendido de janeiro a março de 2018**. 2019. 93 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2019. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/eeb644ff-83fa-43f8-b51b-a61224b05a50/content>. Acesso em: 12 nov. 2023.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3. ed. [S.I.]: Paz e Terra, 1972.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da violência: saiba identificar as três principais fases do ciclo e entenda como ele funciona: saiba identificar as três principais fases do ciclo e entenda como ele funciona**. [S.I.]: Instituto Maria da Penha, 2024. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 23 set. 2024.

ITUIUTABA. GUIA de apoio à mulher em situação de violência. Ituiutaba: UFU; PROEX; CIEPS, 2024.

LEMOS, Diego Fontenele; CAVALCANTE, Larissa Homsi. A pandemia do coronavírus como catalisador para o aumento da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, [S.I.]**, v.6, n. 27, p. 96-113, 18 mar. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.46652/rgn.v6i27.769>. Disponível em: <https://revista.religacion.com/index.php/religacion/article/view/769>. acesso em: 29 nov. 2023.

LINHARES, Marília Carvalho; MEDEIROS, Clara Mendes; RAMOS, Tarciane Sousa. A violência doméstica a partir da perspectiva da divisão sexual do trabalho: uma análise do perfil das mulheres atendidas pelo NERAV. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 16., 2019, Brasília. Anais [...]. Brasília, DF: Cbas, 2019. 12 p. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1354>. Acesso em: 05 jan. 2024.

MARTINS, Jayne Cecilia; . **Determinantes da violência doméstica contra mulher no Brasil**. Viçosa: [s.n.], 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10562>. Acesso em: 03 jan. 2024.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999. p. 27.

PESTANA, Jesyka Thamires da Silva; SANTOS, Emmanuela Kethully Mota dos; SILVA, Aline Maria de Melo; ROCHA, Camila Maria da; NASCIMENTO, Gabriele; Amorim do; RODRIGUES, Isabela Silva; SILVA, Maria Camila da; MONTEIRO, Thalice Michielle de Queiroz. **Epidemia invisível**: perfil epidemiológico de mulheres vítimas de violência doméstica no estado de Pernambuco entre 2015 e 2019 /invisible epidemic. Brazilian Journal Of Development, [S.I.], v. 7, n. 6, p. 64290-64308, 29 jun. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n6-691>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/32095>. Acesso em: 05 jan. 2024.

PEREIRA, Jessika Lopes Figueiredo; OLIVEIRA, Cecília Danielle Bezerra; FERRAZ, Fabiana Queiroga Freitas; PEREIRA, Anúbes Castro; FRANÇA, Mércia Nóbrega; FRANÇA, Inacia Sátiro Xavier de. Perfil da violência contra mulheres atendidas em um centro de referência. Revista de Enfermagem UFPE on line, Recife, v. 9, n. 6, p. 8665-8672, 2015. DOI: 10.5205/1981-8963-v9i6a10643p8665-8672-2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/10643>. Acesso em: 05 fev. 2025.

SANTANA, Ana Clara Cruz Santos; LIMA, Wolney Sandy Santos; SANTOS, Lucas S. dos; GUIMARÃES, Junior de Jesus; NERY, Felipe Sousa Dreger. **Perfil de atendimentos a mulheres vítimas de violência em Aracaju no ano de 2016**. Caderno De Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde, Aracaju, v. 7, v. 1, p. 33–45, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/10085>. Acesso em: 20 jan, 2024.

SAMPAIO, Larissa de Jesus; GOMES, Nathalia Pereira; MOREIRA, Tadiana Maria Alves. Violência doméstica: caracterização das mulheres vítimas de agressão física em Joinville. Revista **Recien - Revista Científica de Enfermagem, [S.I.]**, v. 10, n.30, p. 24-37, 30 jun. 2020. DOI:<http://dx.doi.org/10.24276/rrecien2020.10.30.24-37>. Disponível em: <https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/261>. Acesso em: 22 jan, 2024.

SILVA, Fernanda Caetano dos Santos; MORAIS, Ariane Cedraz. **Perfil de mulheres vítimas de violência atendidas numa emergência pública de Feira de Santana – Bahia.** In: SEMINÁRIOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 24., Feira de Santana, 2021. Anais [...]. [S.I.]: UEFS, 2021. p. 1-6.
DOI:<http://dx.doi.org/10.13102/semic.vi24.6741>. Disponível em:
<https://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/6741>. Acesso em: 27 jan, 2024.

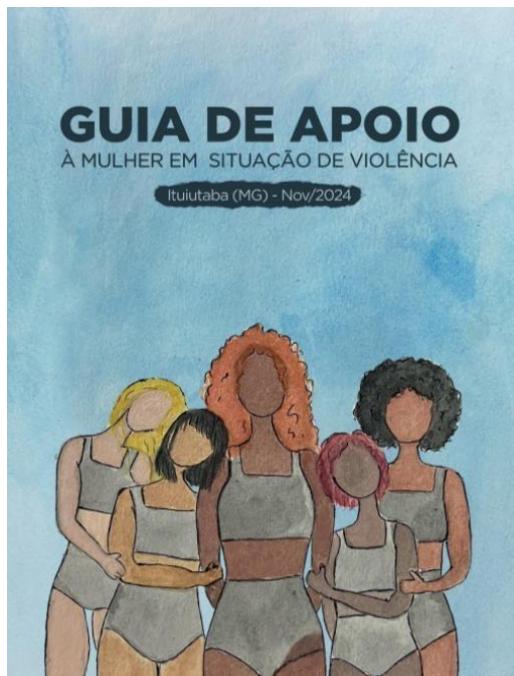
SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Maria Cristina Schlickmann dos. **Violência doméstica contra a mulher: relação entre o tipo de violência sofrida e o perfil sociodemográfico das vítimas no município de Tubarão/SC.** 2021. 57 f. Monografia (Graduação de Direito) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2021. Disponível em:
<https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/59713928-e85c-4ff3-90b9-f79074f26700/content>. Acesso em: 04 ago. 2024.

SOUZA, Lídia de Jesus; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 144, p. 213-232, maio/set. 2022. DOI:<https://doi.org/10.1590/0101-6628.288>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RWf4PKDthNRvWg89y947zgw/?lang=pt>. Acesso em: 03 set. 2024.

TARNOSKI FILHO, Hélio; REMPEL, Claudete; SCHWERTNER, Suzana Feldens. Perfil epidemiológico da mulher vítima de violência no ano de 2017 no município de Lajeado. **Revista Destaques Acadêmicos, [S.I.],** v. 13, n. 3, p. 64-78, 22 nov. 2021.
DOI:<http://dx.doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v13i3a2021.2916>. Disponível em:
<https://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/2916>. Acesso em: 22 mar, 2024.

ANEXO A – GUIA DE APOIO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 Apresentação | 04 |
| 2 O que é violência doméstica? | 05 |
| 3 Tipos de violência doméstica | 06 |
| 4 Ciclo de violência | 08 |
| 5 Consequências negativas da violência doméstica ... | 11 |
| 6 Alguns fatores que auxiliam a mulher sair do ciclo de violência | 12 |
| 7 Serviço de atendimento a mulher vítima de violência doméstica em Ituiutaba | 13 |
| 7.1 Polícia Militar | 13 |
| 7.2 Polícia Civil | 15 |
| 7.3 Centro de Referência em Atendimento à Mulher Ituiutabana (CRAIM) Áurea Guedes | 17 |
| 7.4 Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) | 18 |
| 7.5 Casa de acolhimento Simone Marca | 20 |
| Referências | 21 |

Apresentação

Uma economia que se pretenda solidária recusa qualquer violência na sociedade. Especialmente se for direcionada a grupos marginalizados, se torna um perpetuar das desigualdades sociais.

A violência doméstica contra as mulheres* é uma grave violação dos direitos humanos, que afeta a vida, saúde, patrimônio, integridade física e psicológica de milhares de mulheres. Não há regras ou exceções, independente do estado civil, idade, condição financeira, cor/etnia, escolaridade etc, e sua ocorrência muitas vezes é silenciosa no interior do domicílio. Os agressores são geralmente do convívio pessoal sendo este, um dos motivos que as impedem de denunciar. Para encarar o problema da violência, o primeiro passo é entendê-la. Adquirir informação qualificada é fundamental diante de qualquer realidade, pois permite interpretar e agir corretamente. Esta cartilha traz informações e orientações acerca da violência doméstica, direitos da mulher em situação de violência e instituições competentes no município de Ituiutaba - MG.

Jucélia Rodrigues da Costa
Flander de Almeida Calixto

Organização

Projeto de pesquisa em interface com a extensão "Perfil de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica Atendidas no CREAS de Ituiutaba- MG.

Coordenador do Projeto/Pesquisa: Dr. Flander de Almeida Calixto (Núcleo de Pesquisa CNPq Serviço Social e Educação do Cerrado Pontalino);

Pesquisadora Bolsista de Desenvolvimento Ciência, Tecnologia e Inovação: Jucélia Rodrigues da Costa;

Colaboradoras: Elizandra Ferreira da Silva (Pesquisa); Dra. Soraia Veloso Cintra (Acessoria Científica), Dra. Gabriella de Freitas Alves (Acessoria Estatística);

Instituição executora: Universidade Federal de Uberlândia- UFU. Curso de Serviço Social / FACES - CIEPS

Instituição financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais- FAPEMIG.

Revisão Textual: M.ª Ana Letícia de Oliveira Guerra/UFU

Projeto Gráfico e Diagramação: Alexandre Sidnei Santos Silveira/CIEPS

Ilustração: Yasmin Rezende Silva

* (Entendemos neste trabalho que a categoria mulher é composta de mulheres cis e trans)

ANEXO B – ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Discussão de PROPOSTAS A SEREM APRESENTADAS AO EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO NA CIDADE DE ITIUITABA PARA COIBIR A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES.
A Audiência foi realizada no Auditório 1 da Universidade Federal de Uberlândia Campus do Pontal das 12h às 17h50 do dia 27 de novembro de 2024. O conteúdo da audiência foi transmitido online pelo Instagram do Centro Acadêmico Lelia Gonzales do Curso de serviço Social <https://www.instagram.com/cassufu?igsh=YW8wOHFnNWJwNTRs>. A audiência foi promovida pela Universidade Federal de Uberlândia, Fundação de apoio a Pesquisa de Minas Gerais em parceria com a Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Com base em pesquisas realizadas com fomento da FAPEMIG, dados levantados na Polícia Civil e Militar, Registros e atendimentos do Centro de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS, Defensoria Pública de Minas Gerais que atendem a população de mulheres vítimas de violência intrafamiliar e outras violências contra as mulheres. Busca-se nessa manifestação, política, social e cívica, sugestões para coibir, prevenir e/ou corrigir as situações de violências, que atingem as famílias, em especial, as mulheres e crianças. A iniciativa de promover a audiência surgiu da pesquisa consorciada com extensão, patrocinada pela FAPEMIG. O objetivo central foi buscar na comunidade sugestões para coibir e evitar as violências que atingem diretamente mulheres e crianças em suas famílias. Para tal mister, compuseram a mesa expositora os senhores(as): 1 – A Sra. Leandra Guedes Ferreira, Prefeita Municipal representada por Daiane Aparecida Cintra. 02 - A Sra. Manuela Guedes Viana, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social. 03- O Sr. Francisco Tomaz de Oliveira Filho, Presidente da Câmara, não esteve presente e não enviou representante. 03 - A Dra. Daniela Diniz Medeiros Delegada da Polícia Civil de Ituiutaba. 04 - A Sra. Kellen de Cássia Gomes, 3º Sargento da Polícia Militar de Minas Gerais. Comandante da Patrulha de Prevenção a Violência Doméstica do 54º BPM da Polícia Militar de Minas Gerais. 05 - Dra. Maria Betânia do Carmo, Investigadora de Polícia Civil. 06 – À Sra. Renata Santana de Mello do Setor da Violência Doméstica CRAMI. 07 - O Professor Dr. Flander de Almeida Calixto coordenador da pesquisa de Perfil das mulheres vítimas de violência no CREAS Ituiutaba pela pesquisadora, 08 - Jucelia Rodrigues Costa. 09 - Dra. Gabriella de Freitas Alves, especialista em Estatística. A dinâmica da audiência consistiu em: 1) foi assegurada a palavra a todos os componentes da mesa, para considerações introdutórias exposição de dados e apresentação das informações científicas e registros de dados oficiais que ilustram a importância da temática do combate às violências intrafamiliares e demais violências que atingem mulheres e filhos na família; 2) Em seguida, foi aberta a palavra ao plenário para as participações, sendo as seguintes: Damires dos Santos Pereira (CRAS Buritis): Destacou a importância de refletir sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe, ênfase nas mulheres trans, muitas das quais se identificam como parte do grupo de pessoas pardas, mas se

Criar um grupo de apoio para o agressor para que ele perceba que foi sujeito ativo da violência (condicionado a medida protetiva). Grupo 05. Propostas: 01 – Instituição de acolhimento a mulher, com acompanhamento feito por profissionais capacitados e os hospedagem temporária para a mulher e filhos, custeada pelo município. 02- Capacitação profissional e articulação para inserção ao mercado de trabalho de forma emergencial, de vagas destinadas as mulheres vítimas de violência. 03- Equipe psicossocial nas escolas em todos os turnos. Tendo todas as propostas aprovadas pelos plenários

Tendo modificações na redação das propostas: Grupo 02. Propostas: 01- Executivo: Reuniões periódicas de rede. 02- Municipal (Legislativo): Trabalho multidisciplinar. 03 - Judiciário; ressocialização dos agressores, tendo acompanhamento psicológico, psiquiatra e social. Criação de varas especializadas para assuntos de violência contra mulher. Grupo 04. Proposta: 01- Instituir projeto psicossocial nas escolas – Plano curricular: trazendo a rede para discussão nas escolas. Discussões de pais e mestres nas reuniões escolares. 02- Rotatividade dos profissionais: A perca dos vínculos com os usuários de rede (implementar mais cursos públicos / municipais) e que tenha fim da regra dos castigos.

Ituiutaba, 27 de novembro de 2024, 17h16

Seguem as assinaturas por extenso dos participantes e autoridades públicas